



4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba - CGS

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze aconteceu, no auditório da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, com início às nove horas, a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba - CGS de 2014, que teve como pautas: 1) Deliberação e Anuência do CGS quanto a Parcelamento de Solo na Área de Proteção Ambiental (APA) da Sabiaguaba - Processo SEUMA nº 1348/2014; 2) Informes sobre encaminhamentos da reunião anterior e sobre a Sede e Centro de Referência. A reunião foi aberta pela servidora da Coordenadoria de Políticas Ambientais (CPA) da SEUMA, Thaís Holanda. Leilane Barros (CPA/Seuma), recentemente designada secretária executiva do CGS, deu prosseguimento com a leitura da ata da reunião anterior. Iniciando com a pauta sobre o processo 1348/2014, Fábio Valério, coordenador de projetos da Base Incorporação e Construção, fez a apresentação sobre o projeto de parcelamento do solo de um terreno, com área total de 260.436,00 m², localizado na Rua Três Marias, s/n, Bairro Sabiaguaba. Segundo o que consta no projeto, a proposta é que esse terreno seja dividido em 09 (nove) quadras privativas: 142.864,24m² (54,86%); Área Verde/Institucional: 61.400,08m² (23,57%); e Sistema Viário: 55.271,68m² (21,22%). Fábio apresentou a trajetória histórica sobre a legalização desse loteamento, de 1983 aos dias atuais, mostrando registros fotográficos com a evolução nos últimos 10 anos. Com a palavra, José Moacir de Carvalho, biólogo responsável pelo estudo ambiental, apresentou a caracterização, analisando os aspectos atmosféricos, geológicos, geomorfológicos, pedológicos e hidrológicos, ressaltando que o local a ser parcelado já foi anteriormente preparado para receber loteamento através do processo de "limpeza" da área, segundo Moacir de Carvalho, ocorrida em 2004, com a retirada/remanejamento da vegetação e da fauna. Hoje, nesse local, não há vegetação de grande porte, e que possui somente gramíneas. Quanto aos impactos, dentre eles estão: riscos de acidentes com pessoas, riscos de acidentes com a fauna terrestre de pequeno porte, prejuízo à flora, perturbação à fauna, susceptibilidade aos processos erosivos e alteração na qualidade das águas superficiais, todos de pequeno porte e alguns temporários, somente durante o processo de loteamento e edificação. Há a possibilidade também de assoreamento e sedimentação temporária, porém, de acordo com Moacir, esse processo "é algo que não se pode prever". Quanto aos benefícios: geração de serviços/renda, reconhecimento da morfologia local, geração de tributos, definição do uso e ocupação do solo caracterização das condições físicas do terreno, dentre outros. Em relação às medidas mitigadoras, Moacir relatou que os objetivos são a redução, controle e eliminação satisfatória dos efluentes. Assim, serão considerados os níveis de absorção do solo, segundo a norma da ABNT NB-41/81 (NBR 7229, mar/82); será implantada uma única Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) para tratar os efluentes de todas as quadras, os quais serão encaminhados à ETE através de rede de tubulação sob as vias. O destino final dos efluentes será o reúso na irrigação das plantas previstas no projeto de paisagismo a ser implantado na área do parcelamento. A rede de drenagem de águas pluviais será parte por captação superficial e parte subterrânea com sistema de galerias, sendo independente da rede de esgoto; sobre a pavimentação das vias, será bloquete intertravado, obedecendo o projeto de paisagismo; sobre a arborização: serão plantadas 521 mudas de árvores de espécies que serão distribuídas nos passeios e área verde do loteamento (conforme consta nas orientações do Código de Obras em relação ao parcelamento do solo, nos artigos 592 e 593); e quanto à infraestrutura: haverá calçadas pavimentadas e arborizadas, logradouros pavimentados, rede de esgoto canalizado, drenagem das águas pluviais, iluminação pública. A relação dos impactos positivos frente aos negativos resultou em: 47 positivos contra 37 negativos. Após a apresentação do projeto, Maria Noleto (Celam/Seuma), técnica responsável por analisar o processo que tramita na Seuma, ressaltou as palavras de Moacir de Carvalho, reafirmando que os impactos que serão causados na área a ser loteada serão temporários e durante o período da sua implantação, que não tendem a se estender em tempo; enfatizou ainda que, em termos de impactos ambientais de modo geral, o mais degradante é a limpeza da área, o que já aconteceu no local em 2004. Além disso, reforçou que serão plantadas 1(uma) árvore a cada 150m² de área construída dos lotes, conforme Código de Obras e Posturas. Aberto o espaço para as considerações dos conselheiros, Roberto Pontes, conselheiro titular da Associação dos Amigos





49 do Ecomuseu do Mangue (ASADOECOMUNAM), iniciou sua fala ressaltando a importância do tratamento de
50 esgoto e reúso das águas, e solicitou que as 521 mudas a serem plantadas fossem com o maior número de
51 espécies diferentes possíveis, sendo aceita essa ressalva pelo Conselho. Questionou ainda se as áreas
52 institucionais a serem construídas pela Base Engenharia poderão ser utilizadas também pela comunidade
53 local. Sobre a quantidade de empregos que serão gerados pela obra, Roberto questionou se serão temporários,
54 já que a população da Sabiaguaba precisa de empregos permanentes. Rodrigo Ponce (IAB/CE), em sua fala,
55 tratou que com a instalação de novas residências, irão surgir empregos para a comunidade, assim como a
56 possibilidade de instalação de comércios. Sobre o tratamento de esgoto e reúso das águas, Marcos André
57 Arrais, da Célula de Controle de Efluentes (CCE/Seuma), afirmou que será utilizado para aguação de plantas.
58 Thaís Holanda ressaltou que além do licenciamento para parcelamento do solo, quando forem instalados e
59 construídos os condomínios, serão abertos processo de Licenças Prévia e de Instalação (LP e LI). Sobre o
60 condomínio a ser instalado, Fábio Valério disse que serão 09 condomínios em quadras fechadas, tendo as vias
61 que dão acesso às quadras integradas com o entorno e também com áreas públicas acessíveis (verdes,
62 institucionais e sistema viário). Posteriormente, foi chamado à frente o Dr. Prisco Bezerra Júnior da
63 Coordenadoria de Planejamento Urbano (Courb/Seuma) que tratou dos processos de licenciamento da área,
64 com sua contextualização histórica desde 1983, explicando que na época não havia licenciamento ambiental, e
65 que hoje faz parte dos procedimentos e análises do licenciamento. Seu Picolé (Sr. Francisco Teixeira) da
66 Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia da Abreulândia (ACOMPA) questionou sobre os benefícios
67 reais dos moradores da Sabiaguaba, se a construtora poderia "sortear alguns imóveis para a comunidade" ou
68 trazer algum outro benefício concreto, já que esse loteamento não irá ser economicamente acessível à
69 comunidade. Rusty (ASADOECOMUNAM) questionou se no local a ter o solo parcelado houve o estudo
70 arqueológico, tendo em vista que recentemente encontraram sítios. Fábio Pereira respondeu que no relatório
71 ambiental exigido pela Seuma, não há a especificação de se fazer estudo arqueológico. Rodrigo Ponce de Leon
72 (IAB/CE) acrescentou que esses futuros moradores do local, provavelmente demandarão vários serviços e
73 empregos, como "porteiros, faxineiras, babás, cuidadores de idosos, crianças, dentre outros". Rodrigo fez a
74 observação de que o loteamento traz consigo a ideia de novo urbanismo, com a concepção de bairro planejado.
75 A Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente e presidente do CGS, Dra. Águeda Muniz, enfatizou que o processo
76 1348/2014 foi analisado por duas coordenadorias da SEUMA, que possuem servidores públicos com
77 experiência e competência, qualificados para esse estudo e para emissão de licenças. Dessa forma, só estava
78 sendo apresentado ao Conselho porque o projeto está de acordo com a legalidade urbanística e ambiental.
79 Reforçando as palavras do conselheiro Rodrigo (IAB/CE), Dra. Águeda Muniz resalta que esse projeto tem
80 essa intenção de trazer um novo conceito de bairro planejado, com novas centralidades urbanas, de ocupação
81 regularizada, sustentável e organizada - em suas vias, calçadas, áreas verdes institucionais e de lazer com
82 acesso público. Dra. Águeda Muniz deu a sugestão ao Conselho e aos interessados do Processo 1348/2014 de
83 que, na área institucional, fosse construída a sede das Unidades de Conservação da Sabiaguaba. Rocimar
84 Maurício, morador da Sabiaguaba, reforçou o interesse que a comunidade tem na construção dessa sede.
85 Thaís Holanda iniciou o processo de votação. Após consulta aos conselheiros, o processo SEUMA
86 nº1348/2014, referente ao Parcelamento de Solo na APA, foi deliberado com 11(onze) votos a favor e 1(uma)
87 abstenção, tendo como ressalva da Seuma, Habitafor e ASADOECOMUNAM para aprovação do loteamento: a
88 implantação, pela Base Engenharia, da Sede das Unidades de Conservação da Sabiaguaba, a ser localizada nas
89 áreas verdes e institucionais do loteamento. Ficou também com a ressalva para aprovação a sugestão do
90 ASADOECOMUNAM: a utilização do maior número de espécies das 521 mudas a serem plantadas, como
91 medida mitigadora.

	Instituição	Voto
1	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA	SIM
2	Secretaria Regional- SER VI	ABSTENÇÃO
3	Fundação Municipal de Desenvolvimento Habitacional- HABITAFOR	SIM
4	Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza- SETFOR	SIM

Folha: 02 de 04





5	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão- SEPOG	SIM
6	Coordenadoria Biodiversidade - CONPAN/ COBIO	SIM
7	Pocuradoria Geral do Município- PGM	SIM
8	Associação dos Amigos do Ecomuseu do Mangue- ASADOECOMUNAM	SIM
9	Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia da Abreulândia- ACOMPA	SIM
10	Imobiliária M. Tadeu Ltda.	SIM
11	Instituto dos Arquitetos do Brasil -IAB	SIM
12	Universidade Estadual do Ceará-UECE	SIM

92
93
94
95

A abstenção da SER VI se deveu ao fato de que a sua representante presente, Bernadete Matos, não ser conselheira titular, suplente e/ou representante oficiada da Secretaria, e por isso, segundo o Regimento Interno, não poderia manifestar voto.

Estiveram presentes representantes de doze instituições, sendo estas:

Instituição	Conselheiro(a)/Representante
1 Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA	Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
Secretaria Regional- SER VI	Bernadete Matos Alcântara (representante)
2 Fundação Municipal de Desenvolvimento Habitacional- HABITAFOR	Lucila Menezes
4 Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza- SETFOR	Ilka Braid
5 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão- SEPOG	Marcos Cavalcanti (secretário executivo da SEPOG em exercício; e representante no CGS oficiado, conforme Ofício nº1103 de 25/09/2014)
6 Coordenadoria Biodiversidade - CONPAN/ COBIO	Luiz Gustavo Fagundes Bezerra
7 Pocuradoria Geral do Município- PGM	Everton Gurgel
8 Associação dos Amigos do Ecomuseu do Mangue- ASADOECOMUNAM	Roberto José Almeida de Pontes (titular) Rusty de Castro Sá (suplente)
9 Associação dos Comerciantes e Moradores da Praia da Abreulândia- ACOMPA	Francisco P. Teixeira
10 Imobiliária M. Tadeu Ltda.	Tadeu Magalhães
11 Instituto dos Arquitetos do Brasil -IAB	Rodrigo Ponce de Leon
12 Universidade Estadual do Ceará-UECE	Eliseu Marlônio Pereira de Lucena

96

reunião contou ainda com alguns participantes:

Instituição	Visitante	Instituição	Visitante
Faculdade Cearense	Hélade Jamires	CCE/Seuma	Marcos André Arrais
Celam/SEUMA	Marília Noletto	CPA/Seuma	João Saraiva
Celam/SEUMA	Aline Barbosa	ASSJUR/Seuma	Helainne Filgueiras
Courb/Seuma	Fernando Sales Rocha	ASSJUR/Seuma	Geórgia Aranha
Courb/Seuma	Prisco Bezerra	Morador da Sabiaguaba	Rocimar Maurício

97
98
99
00
01
02

Thaís Holanda alertou aos conselheiros quanto à quantidade de faltas, tendo em vista que, quando há três faltas seguidas ou cinco alternadas sem prévia justificativa, o Regimento Interno do CGS (portaria SEUMA 50/2012, publicada no DOM em 19/10/2012 - suplemento) prevê que a instituição seja notificada das faltas e na reunião seguinte, se houver reincidência, solicitar-se-á sua substituição. As instituições que atingiram limite na quantidade de faltas até esta presente reunião e que não podem reincidir em falta: CONPAM/COBIO, ICMBio, ANDA, CEPEMA, Imobiliária M. Tadeu e Câmara Municipal de Fortaleza.





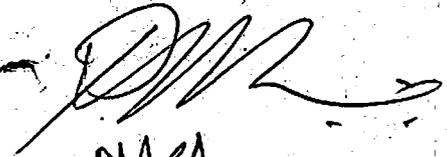
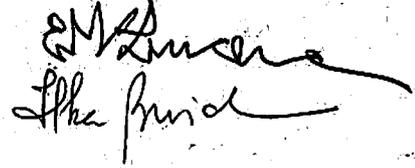
03 Ainda nesta reunião, assumiu a titularidade de representação no Conselho da Associação dos Amigos do
04 Ecomuseu do Manguê (ASADOECOMUNAM), através de ofício enviado à presidência do CGS (processo nº
05 115632014 de 08/09/2014): o Sr. Roberto José Almeida de Pontes.

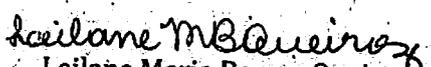
06 Instituições ausentes e que não justificaram falta: Coordenadoria de Articulação Política (CEAP); Instituto
07 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Câmara Municipal de Fortaleza; Associação
08 Náutica Desportiva da Abreulândia (ANDA) e Universidade Federal do Ceará (UFC).
09 Instituição ausente que justificou falta: Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente
10 (CEPEMA).

11 Nada mais havendo, a Presidente, Águeda Muniz agradeceu a participação de todos os presentes e deu por
12 encerrada a reunião.

13 Sem mais eu, Leilane Maria Barros Queiroz, secretária executiva do CGS, atesto que tudo que ficou registrado
14 foi achado conforme e firmado pelos conselheiros abaixo que estavam presentes:

16 Assinatura dos Conselheiros:

17 
18 
19
20
21
22
23
24
25
26


Leilane Maria Barros Queiroz
Secretária Executiva do CGS

Fortaleza, 28 de Novembro de 2014.

DAVE LOPES
REPRESENTANTE DA
SEPOG.



